

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

•
Neste número

*Informação Bibliográfica
Trabalhos publicados
em 1992-93*

Vol.12
1994

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A prevenção das toxicodependências em contexto pluricultural: factores de risco e factores de equilíbrio nas comunidades Cabo-Verdianas imigradas em Portugal

Maria Helena Reis Cabeçadas

Centro de Estudos e Profilaxia da Droga

Resumo. Analisadas algumas questões relacionadas com as comunidades cabo-verdianas imigradas em Portugal, permitimo-nos constatar, a partir da nossa prática profissional no âmbito da prevenção da delinquência e das toxicodependências juvenis, que se trata de populações em risco, dada a sua desinserção social e cultural na sociedade portuguesa. Identificamos, seguidamente, os factores de risco e os factores de equilíbrio específicos destas comunidades, e que nos parecem mais significativos, do ponto de vista que nos ocupa. É salientada, por fim, a importância da formação antropológica na intervenção comunitária que se pretenda preventiva, num contexto pluricultural. É também realçado o papel que o antropólogo poderá e deverá ter, ao longo das diferentes etapas da implementação de Projectos e Programas Preventivos.

Palavras-chave: Prevenção; Toxicodependência; Imigração.

Abstract. This paper deals with the people of the Cape Vert Islands settled in Portugal and their precarious way of living. Field work with these communities enabled us to understand that their youngsters are under risk in terms of drug addiction and delinquency. Therefore, risk and equilibrium factors, that are specific to these communities, are identified in order to implement projects and programs of preventive nature. Finally, from a point of view of a communitarian approach in a cross-cultural context, the importance and the role of the anthropologist is emphasised.

Key Words: Prevention; Drug Addiction; Immigration.

A imigração Cabo Verdeana em Portugal

Algumas questões

Causas complexas de natureza económica, social e demográfica, têm originado, cíclicamente, grandes secas e grandes fomes no Arquipélago de Cabo Verde, obrigando a sua população a emigrar, ao longo da história, para os mais diversos destinos. Um desses destinos tem sido Portugal, sobretudo a partir da segunda metade da década de sessenta, tendo-se verificado, a partir de então, um aumento constante do número de cabo-verdianos imigrados no nosso país. Dada a elevada percentagem de imigrantes clandestinos, as lacunas e dispersão das fontes estatísticas, não é fácil quantificá-los com rigor. Em situação regular seriam, em 1988, cerca de 26.953, ou seja, 28,6% do total de estrangeiros residentes no nosso país e 69% dos estrangeiros oriundos dos PALOP⁽¹⁾. Diz-se, no entanto, que actualmente ultrapassariam largamente os 50.000. Constituem, sem dúvida, a maior comunidade estrangeira no nosso país.

Na sua maioria, esta população está em Portugal para ficar, o sonho de retorno a Cabo Verde tendo-se tornado cada vez mais longínquo. A reunião familiar, numa segunda fase de uma migração por etapas, traduzindo a intenção de permanência a longo prazo.

Assim, a uma migração inicial masculina, jovem e atomizada, ter-se-ia sucedido a vinda das mulheres e das crianças, como é habitual nos fluxos migratórios deste tipo. Verifica-se, nestes imigrantes, um grande peso da população adulta activa, caracterizada por baixos níveis de qualificação profissional e escolar, os trabalhadores operários representando 92% dos cabo-verdianos activos com profissão, enquanto a percentagem de indivíduos com no máximo a 4ª classe atinge cerca de 90% , valor que indicia uma situação ainda mais gravosa caso se tenha presente que apenas 10% dos imigrantes cabo-verdianos têm menos de doze anos, ou seja, que se trata basicamente de uma população adulta.

Na maior parte dos casos estes imigrantes trabalham na construção civil, os homens, ou em serviços domésticos e, eventualmente, venda de peixe, as mulheres, e residem nas zonas suburbanas de Lisboa, Setúbal e Porto bem como, a partir de meados da década de oitenta, em Faro e Braga⁽²⁾.

Tradicionalmente considerados como um país de emigração, e encarando-nos a nós próprios como tal, vimo-nos agora confrontados, não sem surpresa, com o facto de sermos um país de imigração, porta de entrada desejada no eldorado da Europa Comunitária. E quase trinta anos depois do início deste movimento continuamos tão impreparados e tão falhos de estruturas de apoio e de acolhimento destas populações como sempre estivemos.

O facto de termos sido a potência colonizadora de Cabo Verde ao longo de vários séculos dá-nos responsabilidades a que não nos deveríamos furtar, quanto mais não fosse por razões de ética.

Outras razões, não menos importantes, seriam o facto de que estes homens e mulheres de Cabo Verde vieram para o nosso país satisfazer determinadas necessidades de mão de obra, porque foram precisos num determinado contexto socio-económico:

- fase de expansão da economia portuguesa e europeia dos anos sessenta e setenta;
- emigração massiva dos portugueses para França e outros países europeus;
- guerra colonial, que “sugava” a grande maioria dos jovens portugueses de então, pelo menos aqueles que não davam “o salto” para o estrangeiro, como emigrantes ou como exilados políticos.

E vieram como mão de obra intensiva pouco qualificada para fazer os trabalhos mais mal pagos e perigosos: construção civil, minas (Panasqueira, Aljustrel...), serviços de limpeza em áreas suburbanas, etc. ou seja, aqueles que os portugueses já não estavam dispostos a fazer, por tão baixos salários, no seu próprio país (e que foram fazer em países mais ricos, onde eram substancialmente mais bem pagos).

De um modo geral, as populações cabo-verdianas encontram-se social e culturalmente desinseridas da sociedade global portuguesa, constituindo verdadeiras microssociedades, com as suas regras, normas, modelos e valores específicos, e que, em determinados bairros, poderíamos designar por “**guettos**”, de acordo com o termo técnico que designa a dupla exclusão que consiste na *conjugação da não integração social e da não assimilação cultural*⁽³⁾.

Ora, uma população marginalizada é, do ponto de vista preventivo dos comportamentos desviantes em geral e das toxicodependências em particular, uma população em risco. Daí, que sejam urgentes intervenções no sentido de facilitar a integração destas comunidades na sociedade portuguesa ou, pelo menos, no sentido de criar “pontes” que possibilitem uma melhor compreensão e comunicação interculturais.

Para referirmos as comunidades cabo-verdianas imigradas em Portugal como **populações em risco**, do ponto de vista que nos ocupa, da prevenção da delinquência e das toxicodependências juvenis, baseámo-nos nas seguintes constatações:

1 - Insucesso escolar. Os dados do Ministério da Educação relativos à 2ª Fase do Ensino Primário do ano lectivo de 1987/88 revelam uma taxa de insucesso escolar de 60% entre as crianças cabo-verdianas, sendo a taxa geral nacional de insucesso desse mesmo ano de 24%. Ou seja, o insucesso escolar entre as crianças cabo-verdianas é mais do dobro do que se verifica entre as crianças portuguesas.

Nos anos mais recentes esta tendência tem-se acentuado, com a agravante de que, segundo as informações que nos foram prestadas, os abandonos e a não frequência da escola por jovens cabo-verdianos em idade escolar têm vindo a aumentar, facto que não chega a ter expressão estatística.

Estes dados são preocupantes, na medida em que, todos nós sabemos, o insucesso escolar é gerador de sentimentos de exclusão, de falta de confiança em si próprio e, como tal, um elemento de marginalização social e um factor de risco no que diz respeito a comportamentos de desvio e de toxicodependência juvenil.

2 - Prisões. Da análise das sentenças proferidas durante o ano de 1987, ressalta a existência, nas prisões portuguesas, de elevada percentagem de cabo-verdianos, relacionadas com o consumo e tráfico de drogas: 32% dos réus estrangeiros, que constituem 12,73% do total dos réus⁽⁴⁾.

Os dados relativos a anos posteriores dão-nos percentagens próximas de reclusos cabo-verdianos, oscilando entre os 29% e os 33.5% dos réus estrangeiros. Verifica-se um aumento significativo da população feminina reclusa desta nacionalidade, relacionada com o tráfico de drogas⁽⁵⁾.

O recurso ao pequeno tráfico de droga surge, neste tipo de populações, muito carenciadas do ponto de vista económico, como uma *estratégia de sobrevivência*, arriscada mas amplamente compensatória.

3 - Recurso aos centros de tratamento. Por outro lado, verifica-se uma quase total ausência de cabo-verdianos nos Centros de Tratamento de toxicodependentes da zona de Lisboa, quer seja o Centro de Estudos e Profilaxia da Droga ou Taipas. Uma vez que são os únicos serviços estatais e gratuitos, podemos concluir, sem grande margem de erro, que não haverá também recurso a Centros e Clínicas privadas por parte destas populações, normalmente muito pobres.

Puseram-se-nos, a este respeito, algumas questões:

- Será que tal ausência é devida a falta de informação? desconhecimento, por parte destes jovens, da existência de Centros de Tratamento e Apoio especializados e gratuitos?
- Será que a situação de clandestinidade de grande parte dos cabo-verdianos ou dos seus familiares os impede, por receio ou desconfiança, de recorrer a Serviços Oficiais de Tratamento?

- Ou será que as comunidades cabo-verdianas imigradas em Portugal, embora tendo acesso fácil à droga e ao pequeno tráfico, como estratégia de sobrevivência, pelo facto de possuírem redes sociais de apoio fortes (relações familiares e de vizinhança significativas, sentimentos de pertença cultural, etc.) têm maior capacidade de resistência ao consumo e à toxicodependência? Esta é uma hipótese que, na nossa óptica, mereceria um análise mais aprofundada.

Pensamos, aliás, avançar em breve com um estudo deste tipo num Projecto de investigação/acção, no âmbito dos programas comunitários de luta contra a pobreza (Programa “Horizon”), a ser desenvolvido em quatro bairros degradados do Distrito de Lisboa com características culturais e socio-demográficas diversas: Casal Ventoso, Pedreira dos Húngaros, Bairro do Irmão Pobre e Bairro dos Merinos. Este último é sobretudo habitado por ciganos enquanto que a população da Pedreira dos Húngaros é essencialmente constituída por africanos, a do Casal Ventoso por lisboetas e o Bairro do Irmão Pobre por uma população mista de ciganos, cabo-verdianos e portugueses.

4 - Pedidos de intervenção. Tem-se verificado, sobretudo nos últimos anos, um elevado número de pedidos de intervenção à Equipa de Prevenção Primária do Centro de Estudos e Profilaxia da Droga, por parte das escolas, autarquias, paróquias, etc., relativas a zonas problemáticas, bairros degradados, onde a percentagem de jovens cabo-verdianos é elevada. É o caso da Damaia, Carnaxide, Reboleira, Pedreira dos Húngaros (Miraflores), etc.

Ao procurarmos compreender e dar resposta a estes pedidos defrontámo-nos, inevitavelmente, com as temáticas da pobreza, do racismo, da exclusão e das dificuldades de comunicação intercultural.

II - Identificação dos factores de risco

Na sequência destas constatações, identificámos alguns dos factores de risco que nos parecem mais significativos, do ponto de vista que nos ocupa, e específicos das comunidades cabo-verdianas imigradas em Portugal:

1 - Desinserção socio-cultural, relativamente à sociedade e cultura portuguesa dominantes, geradora de sentimentos de exclusão e de insegurança e conducente ao fenómeno de “guetização”.

A precaridade das condições materiais de existência,⁽⁶⁾ de emprego, de habitação (em geral, bairros de lata), a promiscuidade resultante da coabitação em espaços reduzidos, tanto mais difícil de suportar quanto a grande maioria destas populações é de origem rural e estava habituada a viver em espaços amplos,

a segregação espacial (na periferia das cidades ou em “bolsas” no seu interior), sobrepondo-se à não assimilação cultural, criam as condições de marginalidade características do “ghetto”, neste caso determinado por uma tripla exclusão: física, social e cultural.

2 - A desvalorização da cultura de origem (cabo-verdiana), por parte da sociedade portuguesa e da escola, que a ignora, e, o que é mais grave, por parte dos próprios pais e das crianças, acentua os sentimentos de inferioridade e de baixa auto-estima, em termos de pertença comunitária.

Daí nos ter sido referido pelos professores que, muitas vezes, as crianças negam ser cabo-verdianas, dizem ser portuguesas, nascidas em Portugal. Quanto aos adolescentes, quando se encontram num meio desconhecido (discotecas, por exemplo), dizem ser angolanos, cuja imagem eles consideram ser mais positiva, uma vez que se encontram normalmente em Portugal como estudantes ou como refugiados, beneficiando de uma situação mais favorável que os imigrantes “económicos”, em regra cabo-verdianos ou guineenses.

3 - Insucesso escolar, já referido como importante factor de marginalização. O elevado índice de insucesso constatado derivando de problemas linguísticos (uma vez que o crioulo é usado em casa e no bairro como língua materna), de carências alimentares, de elevado absentismo, sobretudo das raparigas (que, mais frequentemente, são responsabilizadas pelos irmãos mais novos e pela lida da casa), de conflitos de normas e regras definidas pela escola e em contradição com as normas e regras familiares e de vizinhança. É o caso das regras de saúde e higiene, de postura do corpo, etc.

Assim, por exemplo, os professores da Escola Preparatória de Miraflores referem-se aos alunos cabo-verdianos como sendo crianças muito afectivas e simpáticas, mas incapazes de estar quietas, “entram sempre a dançar na sala de aula e primeiro que sosseguem já a aula está no fim...”.

Quanto aos técnicos de saúde, referem o facto destas crianças, quando chove, saltarem alegremente para a chuva, sem que os pais as impeçam, pelo contrário, eles próprios fazendo o mesmo. Encarada como uma benção em Cabo Verde, a chuva é festejada e recebida com a maior das alegrias, mas aqui o clima é diferente, a humidade e o frio provocando gripes e constipações frequentes, por vezes mesmo problemas respiratórios graves (factores, também, de absentismo).

O contacto com a realidade portuguesa, em geral sentida como dura e frustrante para a maioria dos imigrantes cabo-verdianos, torna-se fonte de desilusões e de desencanto. Os pais transmitem assim às crianças uma forte carga negativa, relativamente à sociedade portuguesa. E a professora primária simboliza, aos olhos da criança, essa mesma sociedade, rejeitante e hostil. É mesmo, frequentemente, o primeiro contacto com essa cultura outra e dificilmente compreensível, não só porque a professora fala uma língua diferente, mas porque lhe exige atitudes e comportamentos estranhos à sua própria maneira de ser e estar no mundo.

4 - A clandestinidade, favorecendo a exploração desenfreada dos trabalhadores cabo-verdianos pelos sub empreiteiros e “patos bravos”, dá origem ao que se pode designar como um verdadeiro “tráfico de mão-de-obra”. A inexistência frequente de contratos de trabalho permite todas as arbitrariedades e a consequente ausência de direitos e de regalias sociais por parte destes trabalhadores (assistência médica, férias, subsídios de desemprego, etc.).

Assim, perante o espectro constante do desemprego e da fome, os cabo-verdianos constituem a força de trabalho mais barata e mais dócil: não fazem greves, aceitam transferências forçadas, trabalham à noite, durante os fins de semana e feriados sem pagamento de horas extraordinárias, e recebem, em geral, pelo mesmo trabalho, salários muito inferiores aos dos restantes trabalhadores⁽⁷⁾.

5 - O desemprego é, mesmo assim, uma dolorosa realidade, tornando os cabo-verdianos presa fácil dos traficantes de droga. O pequeno tráfico, permitindo a realização rápida e fácil de dinheiro, torna-se muitas vezes a única hipótese de sobrevivência. Daí, talvez, a explicação para a relativamente elevada percentagem de cabo-verdianos nas prisões portuguesas por delitos relacionados com o consumo e tráfico de estupefacientes. As estatísticas oficiais podem, no entanto, induzir-nos em erro, uma vez que o consumo é muitas vezes invocado pelos réus e/ou seus advogados como atenuante das penas, sem que corresponda a uma realidade.

6 - A instabilidade familiar. Obrigados frequentemente a transferências, de acordo com as ofertas e as necessidades dos empregadores, os trabalhadores cabo-verdianos vêem-se muitas vezes forçados a separar-se das suas famílias, com todos os problemas psico-afectivos que tal separação, por vezes longa, implica.

7 - O alcoolismo. Tem uma elevada incidência entre os homens, mulheres, jovens e até crianças. Constitui também um problema preocupante em Cabo Verde, mas em Portugal a sua incidência entre as mulheres é particularmente elevada. Constatámos, no entanto, que há uma grande tolerância da comunidade relativamente ao álcool (tal como, aliás, em Portugal); nas entrevistas e conversas informais em que este tema é abordado as pessoas acham que o alcoolismo não é um problema (muitas vezes é encarado como um “mau olhado”, e o alcoólico desresponsabilizado e ajudado pelos vizinhos), contrariamente ao que diz respeito à “droga” (ilícita) que, essa sim, é considerada como problemática.

8 - A gravidez juvenil. Considerada natural em Cabo Verde, onde a mãe solteira é uma realidade sociológica, perfeitamente aceite e respeitada, em Portugal esta situação torna-se complicada: a jovem mãe fica mais desamparada e marginalizada, sem sequer perceber muito bem porquê, e a criança que não tem pai é apontada pelos outros, na escola, acentuando-se assim os sentimentos de abandono e de exclusão.

9 - A desagregação dos valores tradicionais. As populações que emigram são, quase sempre, de origem rural. O contacto com Portugal é, simultâneamente, o contacto com o mundo urbano e com o consumismo que o caracteriza. Verifica-se assim, a par da desvalorização da cultura de origem, um agudizar dos conflitos de gerações e um pôr em causa do tradicional respeito pelos mais velhos. O tráfico de droga, realizado geralmente pelos mais jovens, pode levar a uma perigosa inversão das hierarquias familiares tradicionais: quando o chefe de família está desempregado, a subsistência do agregado pode ficar (e fica, por vezes) assegurada pelo jovem traficante, o que, certamente terá implicações, em termos de *poder* no interior do sistema familiar (e do próprio bairro), pouco saudáveis.

10 - Demissão do Estado Português. Tradicionalmente considerado como um país de emigração, Portugal não está preparado para receber imigrantes: apesar deste processo migratório já datar de há mais de duas décadas continua a verificar-se uma ausência completa de estruturas oficiais de acolhimento e de apoio. As pessoas são utilizadas sem se pensar, minimamente, em apoiá-las e, muito menos, ajudá-las a resolver os múltiplos problemas com que se debatem. Na medida em que são estrangeiros e, portanto, não dão votos, os políticos desinteressam-se. Só a Igreja, ou Instituições de Caridade, se têm preocupado em minimizar alguns dos graves problemas com que se debatem estas comunidades, entre os quais o abandono das crianças durante as longas horas em que os pais trabalham.

11 - Os meios de comunicação social (Imprensa, Televisão, etc.). De um estudo realizado por alunos do I.S.C.T.E., em que se faz a análise de diversos jornais diários e semanários portugueses, ao longo do período de 1975 a 1986, ressalta que as “histórias de crimes” que envolvem a comunidade cabo-verdiana reflectem quase sempre o propósito, deliberado ou não, de influenciar a tomada de atitudes por parte do leitor, face ao desviante, podendo generalizar-se à estigmatização da comunidade. Verifica-se assim a transferência intencional dos atributos conferidos ao agressor para a totalidade da comunidade. Sobretudo em jornais como “O Correio da Manhã”, “O Crime” e “O Dia”, é manifesto o explorar do sensacionalismo fácil e reforçador de estereótipos racistas⁽⁸⁾.

Num outro estudo, realizado por Pierre Guibentif,⁽⁹⁾ de análise de conteúdo dos artigos publicados sobre os estrangeiros em Portugal entre Janeiro de 1983 e Julho de 1989, no “Diário de Notícias”, e entre Janeiro de 1987 e Julho de 1989 no jornal “O Expresso”, os cabo-verdianos são descritos como um mundo pouco conhecido, mal controlado pelas autoridades portuguesas, subsistindo em condições miseráveis, em bairros degradados e periféricos, num quotidiano marcado pela violência.

III - Identificação dos factores de equilíbrio

Para além dos factores de risco identificados, gostaríamos também de realçar os factores de equilíbrio que nos parecem específicos das comunidades cabo-verdianas e que, em certa medida, poderão contrabalançar positivamente os primeiros:

1 - Os valores tradicionais de solidariedade social. São muito fortes, abrangendo a família alargada, os vizinhos, os originários da mesma ilha ou grupos de ilhas, e a comunidade cabo-verdiana em geral, quando imigrada.

Assim, “Djunta-mon” (“Juntar as mãos”, em crioulo), tradição de reciprocidade e de entre-ajuda que, em Cabo Verde, se expressa no apascentar do gado, no amanho das terras ou na construção de casas, acentuar-se-ia cá em Portugal como necessidade de auto-defesa face a um meio estranho e hostil, traduzindo-se não só no apoio recíproco à construção de casa como noutras formas de solidariedade, em casos de separação, doença, morte, desemprego... É frequente, por exemplo, a adopção de crianças pelos vizinhos (apesar da falta de condições económicas e da exiguidade das habitações), em caso de doença, alcoolismo ou morte da mãe, tal como é habitual, em certos bairros, a sopa dos pobres comunitária, etc.

2 - O sentido da festa colectiva. A música e a dança, sendo formas de expressão e de comunicação fundamentais para os cabo-verdianos, permitem-lhes *viver a festa* com grande intensidade e uma enorme força. Inclusivé, conseguem transmitir e envolver os outros na sua alegria e no seu ritmo. Daí que os cabo-verdianos sejam considerados, a justo título, como *os reis da noite* lisboeta. Discotecas e restaurantes como o “Monte Cara”, o mais antigo estabelecimento do género fundado pelo músico Bana, o “Kok Not” ou “A Lontra” são disso exemplos flagrantes, além de muitos outros espaços menos conhecidos mas não menos brilhantes e divertidos, a maioria dos quais se concentra no designado “triângulo crioulo”, com vértices na Rua do Poço dos Negros, Rua de S. Bento e Calçada da Estrela. Sem eles, a Lisboa nocturna seria certamente bem mais triste...

Mas também nos bairros onde normalmente residem, a festa está sempre presente, qualquer acontecimento sendo pretexto para que a dança e a música irrompam, às vezes durante dois ou três dias, prolongando-se pela noite dentro, acompanhadas sempre das comidas tradicionais de Cabo Verde, da cachupa ao caldo de peixe.

3 - Forte sentimento de pertença cultural. Está subjacente nas estratégias de solidariedade e entre-ajuda desenvolvidas, permitindo amenizar

conflitos e, eventualmente, preservar do abuso de drogas e da toxicodependência. De facto, tem-nos sido muitas vezes referido que os cabo-verdianos, mesmo quando residem em Bairros fortemente conotados com o tráfico de droga, como a Pedreira dos Húngaros por exemplo, e eles próprios se dedicam ao (pequeno) tráfico de droga como estratégia de sobrevivência, raramente a consomem, embora estejam em contacto muito directo com o produto. Seria, talvez, esta uma das razões porque não apareceriam nos Centros de Tratamento de Toxicodependentes. É uma hipótese que, como já referimos, mereceria um estudo mais atento.

No entanto, a desagregação dos valores tradicionais, já referida como factor de risco, e que se verifica, sobretudo, entre os imigrantes de segunda geração (como é, aliás, habitual nos processos migratórios deste tipo), terá certamente consequências negativas a médio e longo prazo (senão a curto) caso não sejam tomadas medidas preventivas e criadas alternativas que permitam a estes jovens integrar-se na sociedade e na cultura portuguesas.

IV - Perspectivas preventivas em contexto pluricultural: o papel do antropólogo

A prevenção primária das toxicodependências (e dos comportamentos desviantes) consiste, na nossa perspectiva, em procurar *minimizar os factores* identificados como sendo *de risco*, numa determinada população, ao mesmo tempo que se tentará *reforçar e/ou valorizar os factores de equilíbrio*, nessa mesma população. Dado que nós incluimos nos factores de risco questões tão amplas como o desemprego, a ilegalidade dos trabalhadores, as deficientes condições de habitação, o insucesso escolar, etc., obviamente que nos reencontramos com a **temática do desenvolvimento**, objecto de análise deste seminário⁽¹⁰⁾.

A implementação de projectos e/ou programas preventivos passa, inevitavelmente, pelo *conhecimento* dos grupos a que se destinam e pela *compreensão das culturas e sub-culturas* em que estes grupos estão inseridos, de modo a que não entrem em choque com as tradições, crenças, valores e maneiras de estar no mundo das comunidades em que se vão desenvolver.

Terão que ser *compreendidos* e tão *participados* quanto possível pelos indivíduos, grupos e/ou populações-alvo, ainda que isso possa pôr em causa a desejada rapidez de execução dos projectos. Nunca poderão ser programas a curto prazo e que dêem resultados imediatos, o que dificilmente se coaduna com a lógica dos políticos, sempre imediatista, tendo em vista os próximos resultados eleitorais.

Será necessário saber **articular as diferentes lógicas em confronto**: a do investigador e/ou interventor, a do poder (político ou institucional) e a dos

indivíduos ou grupos relativamente a quem se pretende intervir (jovens, habitantes, bairro, etc). Tarefa complexa, uma vez que os interesses dos diferentes intervenientes são, por vezes, dificilmente conciliáveis.

Há, pois, que fazer uma **avaliação prévia de necessidades**, tão correcta quanto possível, do bairro ou da comunidade em questão, sob pena de que se verifiquem efeitos perversos, iatrogénicos.

Nesta fase inicial, de avaliação de necessidades, de estudo das redes de sociabilidade existentes, dos conflitos e alianças inter-grupos, etc., a presença do antropólogo parece-nos fundamental. E não só nesta fase. Também na **avaliação de processo**, durante a implementação do programa, e na **avaliação de impacto**, o papel do antropólogo poderá ser decisivo, possibilitando a compreensão de resistências e o tornear de dificuldades de outro modo inultrapassáveis. Sabemos que, para a compreensão, em profundidade, do real vivido de uma determinada população, é essencial a formação antropológica⁽¹¹⁾.

Assim, **numa perspectiva preventiva** (da delinquência e da toxicodependência), relativamente às populações cabo-verdianas imigradas em Portugal, pensamos que competiria aos diferentes interventores (autarcas, professores, técnicos de saúde, técnicos de serviço social, animadores culturais, etc.):

1 - Tentar compreender e conhecer a cultura cabo-verdiana. Verifica-se a tendência para reduzir a questão da comunicação intercultural ao problema linguístico; ou seja, o facto de as crianças cabo-verdianas terem como língua materna o crioulo explicaria, só por si, o insucesso escolar. Há, no entanto, outras dimensões, não menos importantes, e igualmente determinantes de um processo de identidade e de diferenciação cultural: valores, crenças, tradições, concepções religiosas, outra percepção do tempo e do espaço, outras maneiras de estar no mundo, de exteriorizar sentimentos, de amar e de chorar, de mexer o corpo (como, por exemplo, a dificuldade em estar quieto nas aulas, para as crianças cabo-verdianas, as quais “entram nas aulas a dançar”, segundo se queixam os professores...).

2 - Reforçar os aspectos positivos da cultura cabo-verdiana, alguns dos quais já por nós referidos como factores de equilíbrio: é o caso da dança e da música, do sentido da festa e da solidariedade social, da tradição oral (contos, lendas, canções...), da gastronomia, da medicina popular, etc.

3 - Estabelecer “pontes de comunicação” entre as crianças, a escola, a família, o bairro, a comunidade circundante e a sociedade portuguesa em geral, de modo a obstar a que o “espírito de guetto” se afirme e seja interiorizado pelas crianças e adolescentes cabo-verdianos, com toda a carga negativa, de impotência e de revolta, que lhe está subjacente.

4 - Criar alternativas de vida saudáveis que permitam aos jovens cabo-verdianos integrar-se e afirmar-se de uma forma positiva na sociedade portuguesa, de modo que o tráfico de droga e o roubo não sejam as suas *únicas* hipóteses de sobrevivência económica numa cidade estranha e hostil, que é, na maioria dos casos, a cidade onde nasceram e cresceram, mas que dificilmente poderão considerar como *sua*.

5 - Incentivar a capacidade de organização autónoma destas comunidades e bairros, tendo em vista a resolução dos problemas sentidos como mais prementes pelos seus membros, tais como a criação de ateliers de tempos livres para as crianças, de espaços de convívio para os jovens, de Associações desportivas e culturais, etc.

Parece-nos importante que, relativamente a este tipo de populações, muito carenciadas sob todos os pontos de vista, se tenha particular cuidado, ao procurar implementar programas preventivos (de comportamentos desviantes), em *não levantar expectativas que não possam ser satisfeitas*, facto que só contribuiria para acentuar os sentimentos de exclusão e de abandono. É o caso das intervenções pontuais, e sem qualquer seguimento, que têm lugar em determinados contextos e que permitem a alguns políticos retirar dividendos a curto prazo.

No Bairro da Pedreira dos Húngaros (essencialmente habitado por cabo-verdianos), por exemplo, onde temos estado empenhados, há cerca de dois anos e meio, num trabalho com um grupo de jovens residentes e que, gradualmente, se foi alargando ao bairro, num processo em espiral, temos constatado uma grande agressividade relativamente a este género de intervenções pontuais, nas quais as pessoas se têm sentido utilizadas pelos políticos e “sugadas” pelos diferentes técnicos e investigadores, que as têm submetido aos mais diversos inquéritos e questionários, abandonando-as em seguida, sem qualquer contrapartida.

A intervenção deverá também ser *tão participada quanto possível, compreendida, negociada e aceite* pelos grupos e/ou populações a que se destina, ainda que tal possa comprometer a rapidez da execução dos projectos e/ou dos programas. É fundamental respeitar a noção do tempo assim como a disponibilidade das pessoas envolvidas nos projectos, que geralmente trabalham até muito tarde, inclusivé aos fins de semana.

No caso concreto do video sobre o bairro que temos estado a realizar na Pedreira dos Húngaros, esta exigência de participação esteve na origem de adiamentos frequentes do início das filmagens, que só tiveram lugar depois de várias reuniões preparatórias e de *auscultação da comunidade* e de nos termos assegurado do *apoio dos líderes comunitários locais*, com quem também reunimos e reflectimos em conjunto sobre o bairro e os seus problemas. No entanto, estes encontros e discussões revelaram-se extremamente úteis, pois contribuíram para uma melhor compreensão dos conflitos e das vivências dos habitantes do bairro.

O facto das filmagens serem sempre apresentadas e discutidas com os residentes do bairro envolvidos no projecto tem também contribuído, não só para desenvolver sentimentos de pertença da população relativamente ao video, mas também para esclarecer e aprofundar determinados temas “quentes”, que fazem parte do quotidiano do bairro mas que nunca são falados com “gente de fora”: é o caso do racismo, da violência, da droga, do triplo estigma de ser negro, cabo-verdiano, e habitante da Pedreira dos Húngaros (considerado como um dos principais “antros” de tráfico de droga do distrito de Lisboa). Tais discussões, sempre muito vivas e participadas, proporcionaram-nos a possibilidade de uma reflexão conjunta que consideramos ter sido extremamente enriquecedora, levando-nos a incluir no video questões em que, à partida, não tínhamos pensado, eliminando outras que nos passaram a surgir como supérfluas e outras ainda porque inoportunas e susceptíveis de reforçar estereótipos racistas.

Pensamos que a **intervenção comunitária, que se pretenda preventiva, num contexto pluricultural**, pressupõe o *conhecimento das diferentes culturas e sub-culturas* em presença, o que implica, necessariamente, a **formação antropológica**, a única susceptível de permitir uma mais profunda compreensão do outro. A perspectiva etnocêntrica é sempre redutora e impede-nos a descoberta de universos culturais outros, descoberta essa que nos ajuda a perceber melhor a nossa própria cultura, a compreender melhor os outros e, em última análise, a percebermo-nos melhor a nós próprios.

A problemática em análise trata, na nossa perspectiva, de uma importante *dimensão não económica do desenvolvimento*: a da integração socio-cultural dos trabalhadores migrantes no nosso país. Os custos sociais e humanos da sua marginalização são já, e tornar-se-ão cada vez mais, pesados. O exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra, no que diz respeito à não integração das minorias étnicas e à violência urbana, é por demais elucidativo. É certo que a situação em Portugal não é ainda explosiva como nestes países, mas sabemos que o modelo de desenvolvimento neo-liberal, actualmente em voga, acentua as desigualdades sociais e os processos de segregação e de exclusão. Os 53 milhões de pobres actualmente existentes na Europa Comunitária são disso um exemplo inquietante⁽¹²⁾.

O “efeito guetto” é, por si só, gerador de violência. E nós, tal como em França, e segundo a expressão do sociólogo Alain Touraine⁽¹³⁾, *estamos em vias de passar de uma sociedade de discriminação a uma sociedade de segregação*.

O antropólogo, pela sua formação, poderá ser um **mediador privilegiado** entre “os de dentro” e “os de fora” (do guetto). É urgente conciliar o “olhar distanciado” (cf. Lévi-Strauss), que tem caracterizado a investigação antropológica, com a acção interveniente e participativa, antes que se torne demasiado tarde.

Situamo-nos assim, em termos de modelo de desenvolvimento, numa **perspectiva “territorialista”**, defendendo a necessidade de um **desenvolvimento regional “endógeno”**⁽¹⁴⁾, que permita uma definição de prioridades de intervenção em torno das dimensões não económicas do desenvolvimento (sociais, psicológicas, culturais, ambientais). É a perspectiva que consideramos preventiva em termos de saúde mental comunitária, *por oposição à perspectiva “funcionalista”*, que tem fundamentado a política regional tradicional entre nós e no seio da Comunidade Económica Europeia, e que, privilegiando a dimensão económica do desenvolvimento, remete as comunidades locais para um estatuto de passividade e de expectativa face aos “impulsos” do desenvolvimento com origem no seu exterior.

Notas

- (1) Maria do Céu Esteves e Rui Pena Pires, “A População Estrangeira residente em Portugal”, publicado no estudo sobre “Portugal, País de Imigração”, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, Dezembro de 1991.
- (2) Maria do Céu Esteves e Rui Pena Pires, op. cit., pp 48-49.
- (3) Alain Touraine, in “Face à l’exclusion”, in “Citoyenneté et Urbanité”, Éditions Esprit, 1991.
- (4) Luísa Simões Raposo, “Droga e Justiça Penal”, comunicação apresentada nas III Jornadas de Prevenção Primária do Centro de Estudos e Profilaxia da Droga, Lisboa, Outubro de 1988.
- (5) Segundo informações que nos foram prestadas pelo Dr. Álvaro Pereira, da Direcção Geral dos Serviços Prisionais.
- (6) O estudo coordenado por Alfredo Bruto da Costa e Manuel Pimenta sobre as “Minorias Étnicas Pobres em Lisboa”, a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, é, a este respeito, bastante elucidativo. Câmara Municipal de Lisboa, Maio de 1991.
- (7) Angela Caires, “Serventes Cabo-verdianos: Fome de Pedra e Cal”. “África Hoje” nº 7. Lisboa, Dezembro de 1985.
- (8) I. Rodrigues, R. Neto e W. Rodrigues, “A Criminalidade na Comunidade Cabo-Verdiana: uma análise de conteúdo da Imprensa escrita”. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1986.
- (9) Pierre Guibentif, “A Opinião Pública Face aos Estrangeiros”, in “Portugal, País de Imigração”. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa, Dezembro de 1991.
- (10) Este trabalho foi desenvolvido no âmbito de um Seminário sobre “Antropologia e Desenvolvimento”, na Universidade Nova de Lisboa, em 1992.
- (11) Helena Cabeçadas e Rui Silva: “Avaliação de Programas Preventivos”. Seminário de Formação destinado a autarcas. Câmara Municipal de Lisboa. Novembro de 1990.

- (12) Anne- Marie Michel, "Opulente Europe aux 53 millions de pauvres..." in "Le Monde Diplomatique", Juillet 1992.
- (13) Alain Touraine, "Face à l'exclusion", in "Citoyenneté et Urbanité". Éditions Esprit, Paris 1991.
- (14) José Manuel Henriques, "Municípios e Desenvolvimento". Escher Publicações, Lisboa 1990.

Bibliografia

- Bandarra, Victor. 1985. *Cabo-Verdianos em Portugal: Emigrados em terra de emigrantes*, in "África Hoje", Junho de 1985, nº 1.
- Baudrillard, Jean. 1971. *Le Système des Objets*. Paris. Gallimard.
- Bruto da Costa, Alfredo; Pimenta, Manuel (coordenadores). 1991. *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Certeau, Michel. 1980. *L'Invention du Quotidien. I, Arts de Faire*, nouvelle édition 1990. Paris. Gallimard. Coll. "Folio".
- Cabeçadas, Helena ; Silva, Rui. 1990. *Avaliação de Programas Preventivos*. Seminário de Formação destinado a autarcas. Câmara Municipal de Lisboa.
- Cabeçadas, Helena. 1992. *Abordagem Sistémica e Intervenção de Rede na Prevenção das Toxicodependências*. Workshop sobre Abordagem Global e Comunitária na Prevenção Primária das Toxicodependências. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Julho de 1992.
- Caires, Angela. 1985. *Serventes Cabo-verdianos: Fome de Pedra e Cal*, in "África Hoje", nº 7. Dezembro de 1985. Lisboa.
- Carreira, António. 1977. *Classes Sociais. Estrutura Familiar e Migrações*. (Biblioteca Ulmeiro, nº 9). "Migrações nas Ilhas de Cabo Verde". Universidade Nova de Lisboa.
- Carreira, António. 1975. *Influência da Emigração na Estrutura Familiar e Demográfica das Ilhas de Cabo-Verde*. Universidade Nova de Lisboa.
- Da Agra, Cândido; Fernandes, Luís. 1991. *Uma Topografia Urbana das Drogas (Estudo Exploratório no Porto)*. Gabinete de Planeamento e Coordenação de Combate à Droga. Ministério da Justiça. Lisboa, 1991.
- Clerc, Denis. 1991. *Jeunes sans Avenir*. Mai 1991. Paris. Jornal "Le Monde".
- Clerc, Denis. 1992. *De la Production de richesses à la production des Exclus*. Juillet 1992. Paris. "Le Monde Diplomatique".
- Delarue, Jean Marie. 1991. *Banlieues en difficulté: la rélégation*. Paris. Syros-Alternatives.
- De Pina, Marie Paule. 1987. *Les Îles du Cap-Vert*. Paris. Éditions Karthala.

- Dubet, François. 1987. *La Galère, Jeunes en Survie*. Paris. Fayard.
- Esteves, Maria do Céu; Pires, Rui Pena. 1991. *A População Estrangeira residente em Portugal*, in "Portugal, País de Imigração". Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Figueiredo, Jaime. 1970. *O sentido da "morna" e das "coladeiras"*. Separata da "Revista de Etnografia", nº 28. Porto. Museu de Etnografia e História - Junta Distrital do Porto.
- George, Pierre. 1984. *Géopolitique des Minorités*. 1984. Paris. PUF.
- Goffman, Erving. 1982. *Estigma. Rio de Janeiro*. Zahar, 4ª ed..
- Guibentif, Pierre. 1991. *A Opinião Pública face aos estrangeiros*, in "Portugal, País de Imigração". Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Henriques, José Manuel. 1990. *Municípios e Desenvolvimento*. Lisboa. Escher Publicações.
- Hoggart, Robert. 1974. *La Culture du Pauvre*. Paris. Éd. de Minuit.
- Machado, P.; Freitas, Mª J.; Soczka, L. 1990. *Ecologia Social da Musgueira. Análise Sociológica da Musgueira Sul e da sua evolução socio-demográfica (1981 - 1987)*. Lisboa. LNEC.
- Michel, Anne-Marie. 1992. *Opulente Europe aux 53 millions de pauvres...*, in "Le Monde Diplomatique", Juillet 1992.
- Milano, Serge. 1988. *La Pauvreté Absolue*. Paris. Hachette.
- Nasse, Philippe. 1992. *Exclus et Exclusions, connaître les populations, comprendre les processus*. Paris. La Documentation Française.
- Paugam, Serge. 1991. *La Disqualification Sociale*. Paris. P.U.F.
- Pétonnet, Colette. 1968. *Ces gens-là*. Paris. Maspéro.
- Pétonnet, Colette. 1979. *On est tous dans le brouillard. Ethnologie des Banlieues*. Paris. Galilée.
- Ramonet, Ignacio. 1968. *Sociétés Écartelées, Planète Disloquée*. Dossier (Mai 1988). Jornal "Le Monde".
- Raposo, Luísa. 1988. *Droga e Justiça Penal*. Lisboa. III Jornadas de Prevenção Primária do Centro de Estudos e Profilaxia da Droga.
- Rodrigues, I.; Neto, R.; Rodrigues, W. 1986. *A Criminalidade na Comunidade Cabo-Verdiana: uma análise de conteúdo da Imprensa escrita*. Lisboa. I.S.C.T.E.
- Rodrigues, Walter. 1990. *Minorité Cap-verdienne: espaces, identités et processus de marginalisation*. Ano 5 / Setembro 1990. Número Especial da Revista "Sociedade e Território".
- Roncayolo, Marcel. 1990. *La Ville et ses territoires*. Paris. Gallimard.

Sansot, Pierre. 1991. *Les Gens de peu*. Paris. P.U.F.

Soczka, L.; Machado, P.; Freitas, M^a J.; Moura, M. 1988. *Bairros Degradados da cidade de Lisboa*. Lisboa. Revista "Povos e Culturas", n^o 3.

Touraine, Alain. 1991. *Face à l'exclusion*, in "Citoyenneté et Urbanité". Paris. Éditions Esprit.